

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLENCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: um estudo exploratório sobre intervenções com Grupos Reflexivos de Gênero

Andreza Fedalto¹

Ricardo Bortoli²

Regina Cláudia Barroso Cavalcante³

Maria José Martins Galvão⁴

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de compreender como pode se dar o enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres através de grupos reflexivos de gênero na Política de Assistência Social em uma perspectiva de transversalidade de gênero em políticas públicas. Uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico e com abordagem qualitativa. Desta forma apresenta-se a metodologia de grupos reflexivos de gênero em uma proposta dialógica, promovendo espaços de reflexão crítica que envolve os participantes, sem ser uma atividade meramente informativa e sem o cunho punitivista. Apresentando-se como uma estratégia de intervenção na Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Política Social; Gênero; Grupos Reflexivos.

ABSTRACT

This paper propose to understand how gender-based violence against women can be tackled through gender-reflective groups in Social Assistance Policy from a perspective of gender mainstreaming in public policies. An exploratory research through a bibliographic survey and with a qualitative approach. In this way, the methodology of reflective gender groups is presented in a dialogic proposal, promoting spaces for critical reflection that involve the participants, without being a merely informative activity and without the punitive nature. Presenting itself as an intervention strategy in the Social Assistance Policy.

Keywords: Social Policy; Gender; Reflective Groups.

¹ Trabalhadora do SUAS na prefeitura de Cascavel-CE, Laboratório de Conflitualidade e Violência–COVID/UECE; Assistente Social e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social; andrezafedalto@gmail.com.

² Professor na Fundação Universidade Regional de Blumenau; Doutor em Serviço Social; ricardob@furb.br.

³ Professora visitante da Escola de Saúde Pública do Ceará ESP-CE; Psicóloga e Doutora em Saúde Coletiva; regbarroso013@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Ceará; Pedagoga e Especialista em Educação, Diversidade e Inclusão Social; mariagalvao648@gmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são resultado da ação do Estado em estratégias de intervenção que visam promover mudanças para atender as demandas por garantia e ampliação dos direitos sociais. Estão imbricadas em um contexto sócio-histórico, considerando elementos estruturais da realidade e em sua totalidade.

Historicamente as lutas dos movimentos sociais, foram regidas por princípios de socialização da riqueza, frente a superexploração e pauperização que a classe trabalhadora foi exposta ao final do século XIX. Com a organização de trabalhadores, em uma luta de classes, o Estado passa a atuar como conciliador, com o interesse de manter a ordem social em momentos de crise do Capital, surgindo assim conquistas importantes no campo dos direitos políticos e sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

As políticas sociais vão sofrendo mudanças ao longo do tempo, tornando-se heterogêneas em suas demandas. Os movimentos sociais trazem ao espaço público relações de desigualdade, não só relacionadas a classe, mas também que se relacionam com os marcadores sociais de raça/etnia e gênero para serem confrontadas. Visto que a dominação de classe não se faz de forma homogênea.

Pode-se afirmar que a sociedade brasileira sempre teve como desafio a construção de um sistema de proteção social como política pública, no qual considere a nossa construção sócio-histórica que carrega uma dívida com os segmentos empobrecidos, em processos de superexploração tendo influência direta com os marcadores sociais de gênero e raça/etnia.

Com a Constituição de 1988, a assistência social foi reconhecida como política pública social de direitos, de proteção social, afastando-a das práticas assistencialistas, sendo prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Passa a ser um dever do Estado, “[...] pela lógica da cidadania, pela inclusão pelo critério de cidadania, pelo direito à vida, à proteção

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social, independente de contribuição, embora mantenha o critério da necessidade.” (TEIXEIRA, 2009, p. 256).

Como marco legal, citamos a criação da lei 8.742/1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e posteriormente, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS, traz organicidade às ações socioassistenciais, com base nos princípios da unidade e regularidade, em todo território nacional. Foram organizados por níveis de proteção, que são: Proteção Social Básica, através do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que objetiva a prevenção, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dando protagonismo às famílias e aos indivíduos atendidos, considerando os recursos simbólicos e afetivos, de forma a superar e prevenir situações de risco, e proporcionando espaços para transformações no sentido que a família se torne local protetivo.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é realizada através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Este tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e os indivíduos, cujos direitos tenham sido violados ou em situações que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários. Utilizando-se de estratégias que visem a reestruturação do grupo familiar oportunizando a elaboração de novas referências morais e afetivas no sentido de conquista de autonomia e respeito à cidadania.

Segundo a PNAS, a proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar, priorizando o restabelecimento dos vínculos familiares, através de experiências socioeducativas e de convivência.

O convívio familiar e comunitário é próprio da natureza humana, é onde se cria a identidade e reconhece a sua subjetividade, desenvolvendo potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas, e se fazem os processos civilizatórios. A família é onde se tem o primeiro contato social, desta forma é

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



importante que se apresente como provedora de cuidados, mas que também precisa ser cuidada e protegida, pois apresenta-se como um espaço contraditório e que pode gerar conflitos. Desta forma que a família recebe a centralidade na concepção e implementação das ações da Política de Assistência Social. (BRASIL, 2005, p. 41).

O SUAS, redesenha a proposta organizativa dos serviços, e a família ganha centralidade na promoção do bem-estar social, expressa no eixo matricialidade sociofamiliar, passando a orientar as ações e serviços desta política. O que busca evitar a individualização do atendimento. Importante frisar que esta deve ser trabalhada a partir do território de vivência dos sujeitos, levando em consideração a família em sua totalidade, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais em caráter preventivo. (FRITZEN; PEZZO; MOSER, 2015).

É neste contexto que vemos a importância em incluir o diálogo sobre interseccionalidade entre gênero, classe e raça/etnia nas discussões, acerca do enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres na Política de Assistência Social. Sendo esta realizada em uma perspectiva de transversalidade de gênero em políticas públicas, através de intervenções individuais e de grupos reflexivos de gênero.

Assim, o objetivo geral deste artigo é compreender como pode se dar o enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres através de grupos reflexivos de gênero na Política de Assistência Social em uma perspectiva de transversalidade de gênero em políticas públicas.

Desta forma, fez-se uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico. Utilizou-se da revisão de literatura narrativa como metodologia em um processo de busca, análise e descrição de textos científicos que relacionam grupos reflexivos de gênero com a Política de Assistência Social. A abordagem do estudo é a qualitativa, com reflexões sobre as produções encontradas, estabelecendo conexões entre si e apontamentos de novas perspectivas por entender que há lacunas sobre a temática.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 PERCURSO TEÓRICO

2.1 Políticas públicas e a transversalidade de gênero

Bortoli (2020), situa que os movimentos sociais feministas, nos anos 80, ganharam destaque no Brasil e que foi através desta luta que ocorreu o reconhecimento de que às violências cometidas contra as mulheres são uma questão de Estado. Nesta questão pode-se citar a criação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, considerada um marco histórico advindo de organizações e movimentos feministas que trouxe como inovação, a tipificação das formas de violência, as medidas protetivas para as mulheres, assim como incluiu o desenvolvimento de trabalhos socioeducativos de cunho preventivo e responsabilizantes com homens autores de violências.

Neste texto daremos ênfase ao marcador social de gênero, como uma categoria desenvolvida por teorias dos feminismos, com finalidade de compreender e dar respostas as situações de desigualdades postas ao que se denominam questões de gênero em referência a um conjunto de relações sociais. De acordo com essa concepção, destacamos que masculinidades e feminilidades são construções culturais, modelos de comportamentos que se expõem de forma mutuamente excludente as potencialidades que são comuns aos humanos. Assim, o gênero torna-se uma categoria descritiva da realidade social que expõe formas de discriminação e opressão (CARLOTO, 2010).

A existência de diferentes gêneros se expressa em uma desigual distribuição de responsabilidades em relações de poder, indo muito além do espaço doméstico, e, que por vezes são alheias as vontades das pessoas. Os espaços sociais são construtos históricos, culturais que orientam e naturalizam determinados comportamentos entre feminino e masculino de forma dicotômica.

O ser humano se constrói como tal, em sua relação com os outros, desta forma a construção de identidade é feita através de ritos sociais que aparentam ser como algo dado. Conflitos e resistências surgem neste sistema hierárquico de relações de poder, o que traz também influência na dimensão política. Assim os movimentos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



feministas, iniciaram uma luta para gerar mudanças nas relações de poder no âmbito público e privado, visando abolir a dominação e exploração feminina no conjunto das relações sociais.

É assim que apresentamos as contribuições dos movimentos feministas no combate e prevenção a violência de gênero. Este termo, abrange “[...] vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2016, p. 115), sendo mais amplo que o contexto da violência contra as mulheres. É importante trazer esta discussão, pois a desigual relação de poder que se desenvolveu ao longo da história entre gêneros não oprime apenas as mulheres. Atualmente há uma discussão que vai além da categoria binária de gênero, apresentando matrizes de gênero, frente a dominação masculina perpetuada.

A dominação e exploração masculina, relaciona-se a um domínio que também é político e econômico, possui uma conotação de posse do corpo e da alma das dominadas, ou seja, de suas subjetividades. Ao longo da história, foi permitindo ao homem o uso da violência para garantir a ordem que impera neste modelo social, e que também pode ser desempenhada por mulheres sob uma mesma ideologia impedindo a sororidade, como uma solidariedade de gênero.

No contexto da luta dos movimentos sociais feministas e de mulheres pela incorporação da igualdade de gênero na governabilidade democrática, é que surge a transversalidade de gênero nas políticas públicas. No Brasil, esta discussão tomou força em meados dos anos 90, com a conotação de políticas públicas voltadas para as mulheres, que segundo Bandeira e Almeida (2013), não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero e seu comprometimento em reduzir suas desigualdades, mas apenas são voltadas ao feminino.

A transversalidade de gênero nas políticas públicas, traz a perspectiva de melhoria das condições para a mulher em todas as dimensões sociais, gerando consequências nas relações interpessoais entre homens e mulheres, que também atue na dimensão das subjetividades. Para isto, é necessário convocar a participação de diferentes atrizes/atores sociais, num movimento amplo que repercuta em toda a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociedade, incluindo os homens no processo de minimizar as desigualdades e construir uma realidade mais igualitária e pacífica.

Utilizando-se de uma perspectiva relacional e crítica como estratégia de promover a igualdade de gênero, Couto e Gomes referem (2012, p. 2571):

Em períodos mais recentes, os estudos sobre os homens e as masculinidades trazem novos aportes ao debate, bem como a necessidade de avançar na discussão de como envolver os homens visando alcançar a equidade de gênero.

É na perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas públicas que os grupos reflexivos de gênero para homens podem servir como instrumento de intervenção da Política de Assistência Social, tendo a finalidade de minimizar as violências de gênero contra as mulheres.

Quando pensamos que as famílias atendidas pela Política de Assistência Social são majoritariamente famílias monoparentais, formadas por mulheres provedoras de renda e cuidados domésticos, podemos nos questionar se as intervenções feitas nos trabalhos sociais estão focadas na mulher-mãe, em detrimento dos demais membros do grupo familiar.

Este fato pode reforçar o estereótipo da função de cuidadora no âmbito doméstico, visto que as intervenções sociais, acabam por ter centralidade na mulher e com base nas funções maternas, o que pode fomentar e reproduzir as desigualdades de gênero. É necessário fazer uma reflexão crítica sobre a dinâmica familiar e envolver todos os componentes da família, incluindo os homens, para a construção de uma nova cultura com base na igualdade de gênero.

Quando trazemos a temática do enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres, temos dificuldade em identificar intervenções que incluem os homens. Isto pode ocorrer por falta de estratégias ou/e conhecimento sobre as questões de gênero, o que podem levar a ideias punitivistas, deixando de promover integração e engajamento dos homens enquanto agentes de mudança, indo na contramão da Política de Assistência Social.

A violência de gênero praticada contra a mulher é um produto social, político e historicamente construído e incorporado em nossa cultura, sendo que esta violência

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



se infiltra por toda a sociedade e em suas instituições, para que assim se mantenham as relações de poder das forças dominantes. (ACQUAVIVA, 2020). É neste contexto, que as intervenções sociais não podem ser realizadas apenas com as mulheres, se o intuito for gerar mudança social. Deve ser um trabalho em grupo e com base na historicidade, em respeito às diferenças e com estratégias para vivenciar os conflitos por meio de práticas de não violência.

2.2 Grupos reflexivos de gênero

As intervenções com grupos reflexivos de gênero para homens surgem na emergência em promover transformações no modo de ser dos homens com relação as suas masculinidades. Por meio de uma exigência legal, homens implicados em situação de violências de gênero passaram a compor grupos reflexivos, no intuito de ampliar as percepções acerca das violências, partindo de uma perspectiva de análise unilateral para uma perspectiva relacional.

É oportuno apresentar algumas especificidades dos grupos reflexivos para homens autores de violência, os quais vieram para dar conta das mudanças legislativas da Lei Maria da Penha, que ocorreram em 2020. Estas, tornaram possível o encaminhamento de homens autores de violência no “[...] momento da medida protetiva e de forma obrigatória para programas de recuperação/reeducação e acompanhamento psicossocial individual ou em grupo.” (Ângelo *et al.*, 2022, p. 157).

Em Beiras e Bronz (2016), é apresentada a sistematização de uma metodologia já consagrada por suas experiências exitosas e que vem sendo utilizada pelo Instituto Noos com grupos reflexivos de gênero. O Instituto Noos é uma organização da sociedade civil, fundada em 1994, que atua com projetos na área social, na temática de prevenção à violência intrafamiliar e de gênero, e que se propõem a difundir a sua metodologia para que as experiências possam ser reproduzidas.

A metodologia tem enfoque construtivista-narrativista com perspectiva de gênero, que considera o contexto cultural nas relações violentas, onde “[...] a esfera social está em permanente interação com a subjetividade individual, que se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



influenciam mutuamente.” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p.12). Desta forma são contempladas dimensões sociais, culturais, políticas e históricas sobre a violência, que através de experiências reflexivas oferecem aos participantes mais subsídios para ampliarem sua autonomia nas relações intrapessoais, sem se limitar a relações de gênero.

Outra característica da metodologia apresentada é a postura colaborativa e empática do/a facilitador/a. Este faz parte da ação, incorporando-se ao grupo em processos reflexivos e dialógicos. Os grupos começam com perguntas norteadoras, que dão início do diálogo, trabalhando a interseccionalidade entre marcadores sociais, tratando de pautas sobre raça/etnia e classe para que se possa ampliar a visão que cada participante tem do mundo e do lugar que ocupa nesta construção de ordem social. As reflexões propiciam um momento de revisão na forma de agir nas relações sociais em geral, no reconhecimento das diferenças entre os seres humanos, alcançando outros âmbitos sociais

Os temas abordados trazem reflexões sobre as diferenças entre sexo como uma característica biológica, preferência sexual, expressão e identidade de gênero, chegando em suas implicações sociais, políticas e corporais. Neste contexto chega-se as violências como uma construção sócio-histórica e cotidiana nos processos de socialização, assim como suas relações com as masculinidades. Assim as violências são apresentadas em uma perspectiva relacional, fazendo interlocução entre as masculinidades, as feminilidades e suas relações.

Desta forma a linguagem é vista como uma prática social, demarcada pela história e que pode questionar o que nos é posto como verdades, gerando a possibilidade de negociações e mediações entre os pares. Podendo gerar alterações em seus sentidos e significados, em uma construção conjunta com o grupo e através de reflexões críticas do mundo.

É através do questionamento de vivências cotidianas, referenciadas no contexto de cada grupo, envolvendo relações de poder e a quem este beneficia, é que se espera gerar transformações sociais. Isto se dá ao entender que a função da

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



linguagem tem o efeito de “[...] construtor e produtor de descrições identitárias e modos de ação sobre situações e experiências.” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p.26).

É um movimento que faz referência as histórias do cotidiano, ampliando-as para uma construção coletiva do grupo e posteriormente retorna-se ao seu ponto de partida, mas com outros elementos. É gerando um estranhamento da realidade que se trabalha uma nova construção sobre relações de gêneros.

É uma metodologia que provém de uma visão social e crítica com implicações subjetivas e requer participação ativa dos envolvidos, tendo sua fundamentação nas obras de Paulo Freire. Diferencia-se de metodologias meramente informativas e com respostas prontas, como se o processo educativo fosse preencher os participantes com conteúdos novos. (BEIRAS *et al.*, 2021).

Sobre a linguagem utilizada nesta metodologia, não se utiliza os termos agressor e vítima, por entender que estes atuam como atributos, ou marcadores identitários e estigmatizantes, dificultando as possibilidades de mudanças. Assim, denomina-se de homem autor de violência, que deixa de ser nominado como agressor, o que lhe traz uma conotação de perigoso e criminoso. Nesta perspectiva, as mulheres que sofrem violências, deixam de serem nominadas como vítimas, rompendo esta conotação de passividade e vitimização, construindo uma linguagem de relação, com indivíduos se percebendo de forma dialógica no processo (BORTOLI; ZUCCO; BEIRAS, 2022).

Os grupos reflexivos para homens autores de violência, atuam também de forma a proporcionar um entendimento da Lei Maria da Penha, ampliando as concepções das violências física, sexual, psicológica, de dano moral ou patrimonial, isto que por vezes, lhes falta o entendimento que seus atos são violências, gerando um sentimento de injustiça que pode aflorar ainda mais sua ira. (BORTOLI, 2013; ÂNGELO *et al.*, 2022).

Os grupos reflexivos tornaram-se um espaço para que os homens possam rever seu comportamento, dentro do âmbito das políticas públicas. De forma a perceberem que suas ações também são resultantes de construções histórica,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



cultural e institucional e que também são sujeitos de direito. (BORTOLI, 2020). É neste âmbito que estes grupos reflexivos apresentam a potencialidade de se ampliarem, por meio de intervenções intersetoriais em conjunto com os CREAS, na política de assistência social, constituindo um olhar inovador de trabalhar a família em situação de violência de forma integrada, tirando o homem da invisibilidade.

O autor supracitado, ainda faz uma ressalva sobre estes grupos específicos, pois eles limitam-se às violências denunciadas e o fato de os participantes serem obrigados a participarem. Isto pode se mostrar em uma perspectiva punitiva e limitar o trabalho reflexivo para uma reconstrução de masculinidades.

Se a violência está sendo a principal estratégia utilizada pela nossa sociabilidade frente a um conflito, há urgência em se pensar estratégias de promoção de culturas de paz, através de práticas de não-violência. Uma cultura que não torne os envolvidos em seres passivos, mas que fortaleça uma perspectiva reflexiva e crítica de análise da realidade dentro das possibilidades concretas e construídas em conjunto. Ou seja, em espaços que promovam o diálogo.

A literatura nos apresenta que estudo feito com mulheres que tiveram seus companheiros participando em serviços para homens autores de violência doméstica e familiar, houve a percepção do:

[...] aumento do autocontrole, da tranquilidade, do equilíbrio, da responsabilidade, e que se estendem a todos os integrantes da família do cuidado com a família e de demonstrações de afeto; uma maior abertura para conversa; o amadurecimento e a diminuição do abuso de álcool. (NOTHAFT; LISBOA; BEIRAS, 2022, p. 171).

O que demonstra uma menor frequência e intensidade de conflitos. Ângelo *et al.* (2022), também traz como resultados, que após a participação de grupos reflexivos há maior flexibilização nas dinâmicas familiares, com diferentes possibilidades de resolução de conflitos e novas estratégias de controle de agressividade são alcançadas. As relações afetivas sofrem transformação após homens autores de agressões terem um espaço de acolhimento e socialização.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os grupos também fortalecem os vínculos comunitários, sendo espaços para a construção coletiva de estratégias de formas de enfrentamento e manuseio das relações com suas respectivas companheiras.

Frente a isto, ainda se vê relevante afirmar que os autores Beiras e Bronz (2016), citam a metodologia dos grupos reflexivos de gênero como um importante instrumento de caráter de prevenção primária, evitando o primeiro episódio de violência intrafamiliar. Podendo assim ser aplicado “[...] em variados contextos, como escolas, unidades de saúde, ambientes de trabalho onde a inserção de mulheres ainda é incipiente (como no caso da construção civil), empresas, entre outros.”(p. 14).

Desta forma, os grupos reflexivos podem ser utilizados na Proteção Social Básica, com a finalidade de fortalecimento de vínculos, constituindo espaço privilegiado para a construção coletiva de estratégias de mudança de comportamento em relação as suas respectivas companheiras.

É nesta concepção que os grupos reflexivos de gênero, apresentam-se como potencial metodologia de intervenção em serviços oferecidos pela Política de Assistência Social, na perspectiva de transversalidade de gênero. Visando a transformação das relações através da construção de vínculos não violentos e de novas culturas.

Entende-se que os grupos reflexivos de gênero para homens têm sua importância como estratégia nesta política, por considerar os usuários como sujeitos de direito e de cuidado, não sendo sua finalidade promover espaços punitivos. Outro fato importante é a possibilidade de realizar o acompanhamento com toda a família, visto a centralidade que a política tem na matricialidade sociofamiliar, com ações intersetoriais e em rede.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À metodologia apresentada, para os grupos reflexivos de gênero, propõem intervenções com a finalidade de promover transformações no modo de ser dos homens com relação as suas masculinidades e sua relação às formas violentas de tratar as mulheres, principalmente no âmbito doméstico. As violências são abordadas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em uma perspectiva relacional em seu contexto sócio-histórico e cultural, desta forma são passíveis de mudanças.

As temáticas perpassam os marcadores sociais referentes a raça/etnia, gênero e classe, em uma ação planejada e com intencionalidade de gerar transformações sociais. Uma metodologia que se utiliza de processos reflexivos e dialógicos, podendo ser utilizada por diferentes profissionais, trazendo uma visão social e crítica com implicações subjetivas, que requer participação ativa dos envolvidos, não sendo meramente uma ação informativa. Apresenta-se como uma metodologia que pode ser adaptada à realidade de cada grupo.

É, portanto, um instrumento que pode contribuir no enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres no processo interventivo dos profissionais que atuam no âmbito da Política de Assistência Social, em uma perspectiva de transversalidade de gênero. Também tem a viabilidade de favorecer a atuação de forma preventiva e propiciar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, refletindo favoravelmente até mesmo em situações de violações de direitos com vínculos já rompidos.

Esta proposta dialógica demonstra ser uma importante estratégia metodológica de intervenção, propiciando o envolvimento dos homens e contribuindo no enfoque da transversalidade de gênero no âmbito das políticas públicas. Se há um conflito coletivo envolvendo gênero, devemos trabalhar com todas as partes envolvidas para que haja as transformações. Para que aconteça a mudança social é necessário incluir os homens nas intervenções.

4 REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, G. Relações de gênero, moralidade e violência doméstica e familiar.

In:

ÂNGELO, T. V., *et al.*, Diferenças entre grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e grupos de masculinidades: investigando possibilidades de encaminhamentos judiciais. *In:* BEIRAS, A. *et al.* (Orgs.). **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: Experiências e práticas.** Florianópolis: Academia judicial, 2022. p. 157- 181.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 35–46, 2013. Disponível

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEIRAS, A. *et al.*, (Org.). **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações**. Florianópolis: CEJUR, 2021. E-book (277 p.). Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/2292377_mapeamento_1.pdf. Acesso em: 05 Set. 2022.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016. E-book. Disponível em: http://noos.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Metodologia-Noos__PDF-final.pdf. Acesso em: 02 Set. 2022.

BORTOLI, R. **O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressões nos contextos da violência de gênero**. 2013. Dissertação (Mestrado). Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31742/R%20-%20D%20-%20RICARDO%20BORTOLI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 Out. 2022.

BORTOLI, R. **Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito**. 2020. Tese (Doutorado). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216488/PGSS0248-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. acesso em: 15 Out. 2022.

BORTOLI, R.; ZUCCO, L.P.; BEIRAS, A. Experiências e intervenções com homens autores de violência em Blumenau. *In*: BEIRAS, A. *et al.* (Orgs.). **Grupo para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: Experiências e práticas**. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. p. 18-43.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de assistência Social, 2005. Acesso em: 19 Ago. 2022.

CARLOTO, C. M. O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**. Paraná, Londrina. Editora Uel, 2010. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 15 Out. 2022.

COUTO, M.T.; GOMES, R. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2569-2578, 2012.

FRITZEN, J. P.; PEZZO, T.; MOSER, L. A centralidade da família na Política de Assistência Social brasileira: reflexões sobre a matricialidade sociofamiliar e a vigilância socioassistencial. *In*: COLÓQUIO REGIONAL: FAMILIAS CONTEMPORÂNEAS? INTERVENCIONES CONTEMPORÂNEAS? FAMILIAS Y

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



NUEVA MATRIZ DE PROTECCIÓN SOCIAL, I., 2015, Montevideo. **Anais...** Montevideo: 2015. p. 545-557. Disponível em: <https://bityli.com/DZXmebip>. Acesso em: 16 Out. 2022.

NOTHAFT, R. J; LISBOA, T. K; BEIRAS, A. Serviços para homens autores de violência doméstica e familiar: reflexões interdisciplinares e interseccionais a partir das experiências de mulheres que não se separaram. *In*: BEIRAS, A. *et al.*, (Orós.). **Grupo para homens autores de violência contra as mulheres no brasil: Perspectivas e estudos teóricos**. Florianópolis: Academia judicial, 2022. p. 147-175.

SAFFIOTI, H. I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 20 Nov. 2022.

TEIXEIRA, S. M. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264. Universidade Federal do Maranhão. Jul/Dez, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO

